

PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL: UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

Jhonathan Martins da Costa
Universidade Federal de Roraima - UFRR| Jhonathan.costa@ufrr.br
Luana Carvalho de Oliveira
Universidade Federal de Roraima - UFRR| luana.oliveira@ufrr.br
Alana Maria Cerqueira de Oliveira
Universidade Federal do Acre – UFAC | alana.oliveira@ufac.br

A inclusão escolar é um direito fundamental e um desafio permanente para a educação atual. Assegurar que todos os alunos, independentemente de suas particularidades ou necessidades específicas, tenham acesso a uma aprendizagem significativa exige mais do que a simples permanência em sala de aula, requer a aplicação de estratégias pedagógicas que garantam a participação ativa e real de cada estudante. Nesse cenário, o ensino colaborativo destaca-se como uma proposta inovadora e estratégica ao alinhar o trabalho entre professores regentes e educadores especialistas. Essa parceria viabiliza a divisão de responsabilidades, saberes e vivências, impulsionando o progresso de todos os alunos. Recentemente passou a ser propagado pelas secretarias estaduais de educação como uma prática inclusiva para a escolarização de alunos com deficiência nas escolas de tempo integral.

Tratando-se das escolas de ensino médio, desde 2016, o governo federal brasileiro tem intensificado a promoção de reestruturações profundas nesta etapa de ensino, movimento iniciado pela Medida Provisória nº 746/2016, convertida em Lei nº 13.415/2017 e reformulada em partes pela Lei nº 14.945/2024. Essa reforma alterou a organização curricular da etapa final da Educação Básica e incentivou o aumento da carga horária por meio do Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (PFEMTI), previsto no art.



13 da lei. Dessa forma, a expansão do tempo de permanência na escola passou a orientar novas práticas pedagógicas e curriculares.

Diante de tantos desafios para a implantação do Tempo Integral nas Escolas de Ensino Médio no Brasil, eis que surge uma indagação: Quais práticas inclusivas poderão nortear e serem adotadas, pensando no espaço e no tempo escolar que viabilize a inclusão de alunos com deficiência nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral? Tal indagação é uma das várias que surgiram durante nossa pesquisa de doutorado em educação, em andamento. Assim, adotou-se como pilar investigativo o levantamento bibliográfico em plataformas digitais, como o Portal de Periódicos da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Google Acadêmico. Utilizando os seguintes descritores e o operador booleano (*AND*): "Ensino Colaborativo" *E* "Práticas Inclusivas" *AND* "Ensino Médio". "Ensino Colaborativo" *E* "Práticas Inclusivas" *AND* "Tempo Integral". Objetivando compreender às concepções a respeito do ensino colaborativo, como prática inclusiva nas escolas de Ensino Médio em Tempo Integral no Brasil.

A eficácia do ensino colaborativo depende do aprimoramento constante das habilidades dos professores, do planejamento feito em conjunto e da parceria ativa com a comunidade escolar. Essa união possibilita identificar com mais precisão as demandas de cada aluno e consolida um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Segundo Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), o ensino colaborativo atua como um suporte pedagógico voltado ao sucesso de estudantes público da Educação Especial e daqueles com desafios no modelo tradicional de ensino. A prática integra a atuação dos educadores especialistas com os docentes das demais disciplinas, estimulando o trabalho em equipe para resolver problemas a partir das competências individuais e da troca de saberes de cada profissional.

Dessa forma, o Ensino Colaborativo define-se como a atuação conjunta entre o professor da sala regular e o docente da Educação Especial. Essa parceria busca soluções compartilhadas para os desafios do processo de inclusão de estudantes com necessidades específicas. A prática ganha força quando ambos os profissionais somam suas experiências e

refletem juntos, mantendo a corresponsabilidade pelo trabalho pedagógico. Nessa dinâmica sem hierarquias, o docente regente contribui com o domínio dos conteúdos curriculares, enquanto o especialista emprega seus conhecimentos metodológicos para facilitar e potencializar a aprendizagem de todos os alunos.

O ensino colaborativo viabiliza uma educação que valoriza a heterogeneidade das salas de aula. Ao trabalharem juntos no planejamento das aulas, o professor regente e o especialista em educação especial definem estratégias integradas que garantem o engajamento dos alunos que demandam suporte especializado. O fortalecimento de uma parceria baseada no respeito mútuo e nos princípios da inclusão é fundamental para que essas intervenções gerem impactos positivos em todos os estudantes. Dessa forma, o ensino colaborativo estimula a ação conjunta de diversos educadores para atender às especificidades de toda a turma. Ficando evidente, assim, que a educação inclusiva só se efetiva quando as metodologias são planejadas para acolher a diversidade, em vez de focar em um perfil padronizado de estudante.

Portanto, o ensino inclusivo no Tempo Integral necessita da construção de um novo modelo de escola. No qual sua constituição, exigirá uma rede de apoio, da comunidade escolar e do corpo docente e discente, visando atender uma educação que segundo Gadotti (2009, p. 38), deve ser norteado para escolas de tempo integral através de um planejamento voltado para "[...] educar para e pela cidadania; criando hábitos de estudo e pesquisa; cultivando hábitos alimentares e de higiene; [...] ampliando o tempo de aprendizagem dos alunos além do tempo em sala de aula [...]", tudo isso, viabilizaria aos estudantes uma aprendizagem significativa. Assim, este novo modelo de escola instiga a necessidade de um novo modelo de professor, principalmente do professor da educação especial que operacionaliza o atendimento educacional especializado nestas escolas.

Diante de uma escola em tempo integral o aluno que é público da educação especial deverá receber um novo suporte educacional, que compreenda suas especificidades, necessidades e adaptações visando a extensão não só do seu tempo escolar, mas, também da reorganização da práxis docente. Pois, a salas de recursos multifuncionais passaram a ser menos frequentadas nessas escolas, assim como os docentes responsáveis por elas. Aos poucos,



os professores especialistas foram ocupando cada vez mais o espaço da sala de aula regular, assemelhando-se a tutores de ensino, passaram a acompanhar esses alunos em sala de aula, atuando diretamente com estes. A atuação de um docente especialista, diretamente na sala de aula com os demais docentes e os alunos público da educação especial, desde planejada entre estes agentes, configura-se no que estamos analisando neste trabalho, chamado de ensino colaborativo ou coensino.

Conclui-se como aspecto central deste estudo o ensino colaborativo como prática inclusiva adotada nas escolas de ensino médio em tempo integral. Sobre a perspectiva de compreender a inclusão escolar e educacional como um processo social complexo que engloba diversos atores. Inclusive alterando a práxis pedagógica dos docentes especialistas em educação especial. Ciente de que não há fórmula pronta para a educação por ser um direito essencial e universal, faz-se necessária uma mobilização articulada em prol de transformações cotidianas que tornem a escola genuinamente inclusiva diante desta nova reorganização de ensino para o tempo integral.

Palavras-chave: Ensino Colaborativo. Ensino Médio. Ensino Integral. Inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 8 set. 2026

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, [...] e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 8 set. 2026.



GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar.** São Carlos: EdUFSCar, 2014.